

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA.**REQUERIMENTO N° DE 2025****(DO SR. ALCEU MOREIRA)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a operações Cadeia de Carbono e Carbono Oculto, deflagrada pela RFB e órgãos parceiros para combate à sonegação e outras irregularidades no setor de combustíveis.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para tratar sobre às recentes operações Cadeia de Carbono e Carbono Oculto deflagradas pela Receita Federal do Brasil e órgãos parceiros para combate à sonegação no setor de combustíveis, e sobre as diversas irregularidades recentemente identificadas com relação à Refinaria de Manguinhos (Refit), maior devedora contumaz de impostos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com débitos superiores a R\$ 20 bilhões), conforme vem sendo amplamente divulgado pela imprensa e órgãos fiscalizadores.

Assim sendo, indico a participação dos seguintes convidados:

- Jorge Luiz Cruz Monteiro, Presidente da REFIT;
- Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL);
- Anelize Lenzi Ruas de Almeida, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

JUSTIFICATIVA

A presente Audiência Pública tem por objetivo promover o esclarecimento e o debate público acerca das irregularidades envolvendo a Refinaria de Manguinhos (Refit)



* CD250123118100 *

reveladas durante as fiscalizações realizadas no âmbito das operações *Cadeia de Carbono* e *Carbono Oculto*, conduzidas em parceria com a Receita Federal do Brasil. Tais ações apontaram indícios de inconsistências que colocam em dúvida a efetiva realização da atividade de refino pela empresa, conforme amplamente divulgado pela imprensa e órgãos fiscalizadores.

A realização desta Audiência Pública, portanto, justifica-se pela necessidade de ouvir representantes da Refit, bem como dos órgãos governamentais e de controle, a fim de esclarecer os fatos e avaliar os impactos regulatórios, econômicos e sociais diante das irregularidades apontadas, de modo a assegurar a legalidade, a concorrência justa e o funcionamento íntegro do setor de combustíveis, prevenindo distorções que possam comprometer a arrecadação pública e o contribuinte, o equilíbrio de mercado e a credibilidade das instituições fiscalizadoras.

Adicionalmente, é fundamental destacar a importância do combate aos devedores contumazes, que fragilizam o ambiente de negócios, comprometem a arrecadação tributária e criam desequilíbrio concorrencial no mercado de combustíveis. Enfrentar tais práticas é essencial para fortalecer a justiça fiscal, proteger as empresas que atuam de forma regular e assegurar um setor energético sustentável, transparente e pautado na legalidade.

É com esse objetivo que venho requerer o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2025.

Deputado
ALCEU MOREIRA MDB/RS

